

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 106.ª Sessão Ordinária
Realizada em 13 de Junho de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buifara — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (41); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Maciel — Arthur de Souza — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni e Wilson Brandão. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 104, 105 e 106-73.
- de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 45-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Ao recebermos convite para participar das solenidades oficiais de inauguração do complexo industrial da Sanbra, nos sentimos no dever de júbilo, em ressaltar o que representa de estímulo e incentivo aos agricultores paranaenses essa importante indústria instalada na cidade de Ponta Grossa.

A soja, definitivamente implantada no Paraná, adquire extraordinária solidez em nosso Estado, contribuindo decisivamente para que o Brasil ocupe a curto prazo a honrosa posição de principal produtor mundial. Com mercado consumidor muito bom, mantendo os preços elevados, a futura safra deverá ser de importância vital para a economia paranaense.

Lavradores radicados em várias regiões, estão aproveitando o máximo de suas áreas, no plantio e cultivo da soja, que vem substituindo com real vantagem as culturas tradicionais.

Assim, quando se inaugura uma indústria de alto gabarito, considerada como o maior Complexo Industrial de Hemisfério Sul, além de significar extraordinária confiança na capacidade produtiva do nosso Estado, traz ao produtor maior garantia e incentivo para continuar em ritmo cada vez mais crescente no cultivo da destaca riqueza paranaense.

Por essa razão, apresentamos à apreciação dos nobres Deputados, requerimento, propondo votos de congratulações à SANBRA, que numa perfeita previsão do que representaria a soja no futuro, enriqueceram o parque industrial paranaense, com a inauguração a ser efetivada no próximo dia 22 do corrente, do maior complexo industrial do Hemisfério Sul.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência à Sanbra de São Paulo, Ponta Grossa e Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) — Rosário Pitelli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições parlamentares e regimentais, requer, após a anuência do Plenário, sejam endereçados expedientes ao Ministro do Interior e ao Presidente da Caixa Econômica Federal vasados nos seguintes termos:

Grave problema surgiu na cidade de Londrina, onde 48 famílias, à custa de muito sacrifício, conseguiram adquirir sua moradia própria nos conjuntos habitacionais Santa Cecília e Santa Maria, ambos situados na Avenida Rio de Janeiro, n.º 1416.

As famílias mencionadas compraram seus apartamentos da firma Bolsa de Imóveis de Londrina, com preço fixo e sem reajuste. No decurso de longos anos, conseguiram pagar o preço combinado.

No entanto, para surpresa geral, a firma construtora agindo de má fé, hipotecou o imóvel na Caixa Econômica Federal, que agora ameaça executar a dívida cobrando juros e correção monetária, exigência que implicaria no pagamento duas vezes da mesma dívida. Aliás poucos terão meios financeiros para um eventual segundo pagamento.

Apelamos para o bom senso dessas autoridades, no sentido de ser encontrada uma solução satisfatória, resguardando, sobretudo, os direitos desses compradores que não podem ser prejudicados ao ponto de serem ameaçados de despejo.

No aguardo da atenção que será distinguida a esta humanitária solicitação, antecipamos a gratidão não apenas do Poder Legislativo, mas também de todas aquelas famílias londrinenses que estão lutando pelos seus sagrados direitos.

Sala das Sessões, 13.06.1973.

(a) — Antonio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando sejam determinadas urgentes providências, visando a construção de mais salas de aula no Município de Sertãoópolis.

Caso não seja providenciada a construção de novas salas de aula, principalmente para a Escola Normal e para a Escola de Aplicação, já a partir do próximo ano centenas de jovens não terão condições de continuar estudando em Sertãoópolis. Serão forçados a frequentar escola de outros Municípios, pela impossibilidade dos atuais estabelecimentos de ensino daquela cidade continuarem acomodando a grande massa estudantil.

Aliás, desde 1963, o Governo do Estado deixou de construir ou ampliar as atuais escolas de Sertãoópolis, existindo apenas o Ginásio Estadual, construído no ano de 1954. E este mesmo prédio que abriga tanto a Escola Normal como a de Aplicação, o que não será mais possível no próximo ano, pelo alto crescimento dos estudantes matriculados.

No mesmo edifício estão abrigados 800 alunos do ginásio, 150 da Escola de Aplicação e 90 do curso Normal, agregados em apenas 10 salas de aula.

A situação é tão desagradável que a Biblioteca, as salas de reuniões e de professores funcionam nos corredores do ginásio.

Apelamos ao Governo do Estado para a edificação de novos edifícios escolares na cidade de Sertãoópolis, visando, sobretudo, evitar que muitos jovens deixem de ser matriculados por falta de vagas.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) Antonio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa de Exposição de Motivos assinada pelo Senhor Secretário de Interior e Justiça, Dr. Mario Faraco, constante do Diário Oficial do Estado n.º 69 anexo, através da qual foi encaminhado ao Excmo. Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, o trabalho elaborado por Comissão composta por renomados juristas e penitenciários paranaenses e que resultou no Decreto n.º 3800, de 6 de junho do corrente, aprovando o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná.

Requer, ainda, com a aprovação do Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão e nos Anais desta Assembleia, de uma manifestação de aplauso do Poder Legislativo aos Senhores Desembargador José Munhoz de Mello, Presidente, Dr. Negi Calixto, representante do Poder Judiciário; Dr. Aristeu dos Santos Ribas, representante da Associação do Ministério Público; Professor Rene Ariel Dotti, representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Dr. Edgar Cavalcante de Albuquerque, representante da O.A.B., seção do Paraná; Dr. Antonio Acyr Breda, representante do Instituto dos Advogados do Paraná; Dr. Orlando Mauricio Gehr, Diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado; Dr. Carlos Augusto Guimarães; Diretor da Penitenciária Central do Estado; Dr. Carlos Augusto Hoffmann, Diretor do Presídio de Mulheres; Dr. Eduardo Plinta Troian, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba e Dr. Mario Eduardo Camargo, Diretor do Manicômio Judiciário bem como ao ex-Promotor Público, Dr. Lamartine Rollo Soares, cujo recente falecimento privou a Comissão de sua dedicada colaboração.

Pede-se, finalmente, seja do presente requerimento dado conhecimento através do ofício às autoridades acima citadas, aos membros da Comissão elaboradora do Estatuto Penitenciário do Paraná, bem como à família do ex-Promotor de Justiça, Dr. Lamartine Rollo Soares.

Sala das Sessões em 12 de junho de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 123-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporá, os tratores marca John Deere, motores n.ºs 7325922, 7325923 e 7325899, todos de pneus, e, um trator Caterpillar, série 40A motor n.º 1596 de esteira, todos inservíveis pertencentes à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria da Agricultura possui os tratores objeto do presente Projeto de Lei, inservíveis, encostados no Pátio de estacionamento, e a Prefeitura Municipal de Ibiaporá, fazendo as reformas necessárias poderá utilizá-los nos serviços diversos da administração.

Solicito assim a aprovação dos nobres Pares, ciente que estaremos colaborando com a administração de Ibiaporá.

PROJETO DE LEI N.º 124-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas a seguir relacionados, pertencentes à Secretaria de Agricultura:

- 1 — Lote 46 — Trator D-8 Caterpillar.
- 2 — Lote 47 — Trator D-7 Caterpillar.
- 3 — Lote 48 — Trator D-4 — Caterpillar.
- 4 — Lote 49 — Trator D-4 Caterpillar.
- 5 — Lote 51 — Trator D-4 Caterpillar.
- 6 — Lote 52 — Trator D-4 Caterpillar.
- 7 — Lote 42 — Esteiras p/ Trator Caterpillar.
- 8 — Lote 50 — U. Laminas e Escarificador p/ Trator Caterpillar.
- 9 — Lote 2 — Trator John Deere p/ Agricultura c/ implementos (Arados e Grades).
- 10 — Lote 3 — Trator John Deere p/ Agricultura c/ implementos (Arados e Grades).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) Fabiano Braga Cortes

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, que com esta proposição se pretende doar à Prefeitura de Colombo, estão em precário estado de conservação e não têm mais serventia para a Secretaria de Agricultura. No entanto, para o Município de Colombo, após vários reparos nas referidas máquinas, elas serão de grande utilidade.

PROJETO DE LEI N.º 125-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Distrito Administrativo de São Francisco de Sales, pertencente ao Município e Comarca de Clevelândia, passa a denominar-se "São Luiz" e a ter sede na Vila de igual nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1973.

(a) Antonio Belinati

JUSTIFICAÇÃO:

A sede do Distrito de São Francisco de Sales, pertencente ao Município de Clevelândia, está situada no Extremo Oeste da porção territorial que o compõe, dificultando, assim, o acesso à mesma da população que fica nos outros extremos do referido Distrito. Além disso, a atual sede distrital está situada num lugarejo composto apenas de quatro (04) casas residenciais e uma pequena casa escolar de madeira, ao passo que a Vila denominada São Luiz, para onde se pretende mudar a sede do Distrito, possui mais de 30 casas residenciais, duas serrarias, um grupo escolar de alvenaria, recentemente construído, um ginásio estadual e várias casas comerciais.

Acresce notar, ainda, que a vila de São Luiz está situada próximo ao centro territorial que compõe o Distrito, facilitando dessa forma o acesso de todos os interessados às repartições públicas que ficarem localizadas na mesma vila.

Pelas razões expostas, espera-se que os Senhores Deputados aprovelem o presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 126-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto" (APPROCLE).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de junho de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Plano de Lei, declarar de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto (APPROCLE)", sociedade civil com sede nesta cidade, onde foi fundada em 13 de maio de 1967.

Entre outras, a Associação enfocada, tem por finalidade congregar os pais e responsáveis de alunos, com os professores do Grupo Escolar Professor Cleto, a fim de dar unidade e realização integral às finalidades educativas deste estabelecimento de ensino.

Em face das considerações expendidas, apresentamos o presente Projeto de Lei, à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e final aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 127-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campo Largo, 2 (dois) tratores marca "John Deere" n.ºs 730-S 7325987 e 73-S 7325987, ambos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1973.

(a) Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente plano de Lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios, da Agricultura, colocados à disposição da Café do Paraná.

A referida Companhia, considerando que os mencionados tratores, pelas horas trabalhadas, e pelos anos de uso, já ultrapassaram o período de vida útil, tornando-se anti-econômico para a empresa, que os devolveu à Secretaria de Agricultura, recentemente.

Os tratores encontram-se, atualmente, recolhidos no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços daquela Secretaria, mas serão de grande utilidade para o Município de Campo Largo, pois grande parte da economia municipal baseia-se na agricultura.

Com a efetivação desta doação, estará o Governo do Estado, contribuindo o incentivando a agricultura de um dos Municípios mais importantes do cinturão verde de Curitiba.

Sendo o Paraná um Estado essencialmente agrícola e estando destinado, no contexto nacional, a ter sua economia baseada na agro-industrial, nada mais justo do que incentivar-se os agricultores com medidas desta natureza.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença, no Plenário, do Sr. Meri Del-sati. Prefeito Municipal de Verê.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 3-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Serviço de Obras Sociais da Cidade de Sertãoópolis, o imóvel que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 59-73, que dispõe sobre o código de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 317-66, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., com substitutivo, em regime de urgência. — **Aprovado pelo Substitutivo.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178-72, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que revigora pelo prazo improrrogável de cinco dias, o artigo 124 e seu parágrafo único da Lei n.º 5.849, de 25-9-68. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49-73, de autoria do Dep. Eron-dy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico-Escritor Antônio Salomão. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 113-73, que aprova acordo n.º 04-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização do II Curso de Auxiliares de Estatísticas de Saúde e Registros Hospitalares. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **Em regime de urgência. — Aprovado artigo por artigo.**

A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença no Plenário, do Sr. João de Paula, Prefeito Municipal de Guaraci.

A Mesa registra com satisfação também a presença em Plenário, do Sr. Antônio de Paula, Prefeito Municipal de Horizonte. Aos ilustres visitantes os cumprimentos desta Assembléia.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148-72, de autoria do Dep. Arizone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 148-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Itapejara do Oeste.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1.º de setembro de 1972.

(as.) Dep. Arizone Araújo

JUSTIFICAÇÃO:

Traço de união entre duas unidades municipais de importância capital, na região caracteristicamente agro-pecuária do Estado, o trecho de estrada que se pretende transferir ao D.E.R., nesta oportunidade, assume correspondente importância econômica para o Estado.

O trânsito de riquezas agrícolas e pecuárias não pode ficar sujeito a paralisações decorrentes do mau estado da rodovia, sob pena de prejuízos incalculáveis, inclusive ao Estado.

Por essa razão, cremos plenamente justificada a presença do órgão especializado do Estado, na importante tarefa de conservar em condições ideais de tráfego, o trecho de estrada acima indicado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 148-72

PARECER

1.) — O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Arizone Araújo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada entre Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste.

2.) — A proposição está devidamente justificada, o que nos convence de sua oportunidade. Não havendo óbice de ordem legal ou constitucional, pois trata-se de mera autorização legislativa, opinamos pela sua aprovação.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

(as) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Paulo Camargo — Relator

Emílio Carazzai

Cândido M.M. de Oliveira

Santos Lima

Igo Losso

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 148-72

PARECER

1.) — O plano de lei, que cabe examinarmos nesta oportunidade, de autoria do ilustre Deputado Arizone Araújo, autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Itapejara do Oeste.

2.) — A iniciativa do autor é louvável e legítima, tendo em vista os melhoramentos que se pretende, através do Departamento de Estradas de Ro-

dagem, dotando os Municípios de Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste de melhores condições no trânsito de riquezas agrícolas e pecuárias, assumindo desta forma capital importância para a economia do Estado.

3) — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 8 de maio de 1973.

(aa) Borsari Netto — Presidente
Lázaro Dumont — Relator
Antonio Belinati
Arthur de Souza

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 148-72

PARECER

1) — A proposição em tela, de autoria do ilustre Deputado Arizone Araújo, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada entre Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste.

2) — Referido projeto já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3) — Sobre ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há qualquer óbice que se lhe anteponha, razão pela qual somos favorável à sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972.

aa) Fuad Nacli — Presidente
David Federmann — Relator
Odilon Reinhardt — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32-73, de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública, a "Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná" — FUPF DO PARANÁ, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N.º 32-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a "Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná" — FUPF DO PARANÁ — com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1973

a) Deputado Cândido M. de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A Fundação em apreço possui personalidade jurídica, segundo registro eietuado no 2.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Capital (Docs. anexos). Tem por finalidade desenvolver e aprimorar a ciência florestal no Paraná e no País, objetiva a realização de fins não lucrativos e seus dirigentes e associados não auferem qualquer espécie de lucros, direta ou indiretamente, e sua renda será aplicada integralmente na consecução das suas finalidades.

E, portanto, como organização de natureza científica, credora da declaração que agora se propõe.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 32-73

Autor: Deputado Cândido M. de Oliveira

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná.

PARECER

1.) O projeto vem tramitando normalmente, tendo sido obedecidas as disposições contidas no Regimento Interno desta Casa.

2) Havendo sido comprovadas as condições necessárias e estabelecidas por lei, não há óbice legal a antepor.

3.) Somos portanto, pela **aprovação**.

Sala das Comissões, 23 de abril de 1973.

aa) Nelson Buffara — Presidente (em exercício)

Erondy Silvério — Relator

Antônio Lopes Júnior — Igo Lesse — Paulo Camargo — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 32-73

Autor: Dep. Cândido M.M. de Oliveira

Súmula: Declara de Utilidade Pública, a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná — FUPF DO PARANÁ — com sede nesta Capital.

PARECER

A presente propositura, não apresenta nenhum impedimento de ordem financeira.

De acordo com suas metas estatutárias e natureza científica, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

aa) Quêlise Crisóstomo da Silva — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias — Gilberto Carvalho

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 45-73. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 104, 105 e 106-73. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a Sanbra pela inauguração no próximo dia 22, em Ponta Grossa. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro do Interior e ao Presidente da Caixa Econômica Federal, no sentido de que sejam tomadas providências em favor das famílias ameaçadas de despejo, em Londrina. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da Exposição de Motivos do Sr. Secretário do Interior e Justiça, justificando a proposta e encaminhamento ao Sr. Governador do Estado o trabalho consubstanciado o Estatuto Penitenciário do Estado, bem como solicita voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Interior e Justiça e aos Srs. Membros da Comissão elaboração do referido Estatuto. — **Aprovado**.

(A Exposição de Motivos a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam determinadas providências, visando a construção de novos edifícios escolares na cidade de Sertãoópolis. — Em discussão.

O SR. BORSARI NETO — (Para discutir). Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, fica transferida a discussão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência designa uma Comissão, composta dos Srs. Deputados Nelson Buffara, Borsari Neto, Iris Caldart, Fabiano Braga Côrtes e João Fadel, para introduzirem neste Plenário a Miss Paraná. Srta. Adla Nacli.

Esta Presidência tem a grata satisfação de conceder a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, para falar em nome desta Assembléia, saudando Miss Paraná, Srta. Adla Nacli.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srta. Adla Nacli.

Primeiramente, as boas vindas desta Casa de Leis a nossa Miss Paraná. Srta. Adla Nacli. É com enorme prazer e honra que eu recebo a delegação de, em nome desta Casa, fazer a saudação à Srta. Adla Nacli, mui legitimamente representante da beleza da mulher paranaense. Entretanto, gostaria de fazer um breve retrospecto do que representa um concurso de beleza em nosso contexto, para dizer que não se trata de mera e vulgar frivolidade.

Basta lembrar a alta valorização que a cultura grega conferia aos padrões estéticos de beleza. Tradição que teve sequência na civilização romana e conseguiu guarida na filosofia cristã.

Basta que se percorra a Santo Agostinho e Santo Tomaz de Aquino para perceber em que grau elevado eles colocavam a beleza da mulher, entre todos os valores que mereciam ser preservados.

A beleza é uma dádiva divina e só por esse fato mereceria a nossa atenção e a preservação desse supremo valor.

Meus parabéns. Srta. Adla Nacli! O Paraná inteiro explodiu de alegria quando tomou conhecimento de sua eleição, como representante da mulher paranaense. Sem que as suas companheiras ficassem em plano inferior, é preciso que se diga que o juri foi felicíssimo e acertadíssimo na escolha F a sua eleição tem singularidade especial: primeiro, porque uma dessas maravilhosas coincidências, a nova Miss Paraná é filha do nosso colega Deputado Fuad Nacli. Todos nós temos o maior apreço e admiração por seu pai.

Em segundo lugar porque, permita que diga, a sua eleição talvez marque um novo padrão estético no Brasil. Sendo resultado de uma corrente étnica que somente agora começa a assumir uma configuração, deixaremos de lado alguns padrões, até então vigentes, para passarmos a reconhecer, em tipologias híbridas, a verdadeira marca da beleza paranaense.

Tenho certeza de que a Senhorita Adla Nacli terá um enorme êxito e sucesso ao disputar o título de Miss Brasil. O juri saberá reconhecer todas as qualidades objetivas e subjetivas de que é portadora.

Tenho certeza de que todo o Paraná estará torcendo pelo seu êxito e sucesso. Independentemente do resultado que venha obter a sua simples presença no concurso nacional de Miss, já encherá de vibração todo o Paraná.

Felicidades e enorme êxito a voce. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de conceder a palavra à Senhorita Adla Nacli, Miss Paraná que irá saudar os Srs. Deputados.

A SRta. ADLA NACLÍ — Exmo. Sr. Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa, Exmos. Srs. Deputados.

É com grande prazer que cumpro esta programação de visita ao Poder Legislativo que, para mim, é duplamente significativo.

Um é a honra de ser recebida, como Miss Paraná, no Plenário desta Casa e de ver entre os Srs. Deputados, meu pai.

Há poucos dias visitei esta Assembléia como Miss Curitiba e hoje o faço na qualidade de Miss Paraná, título que conquistei para esta Cidade no concurso realizado recentemente em Paranavai.

Agora, preparo-me para representar meu Estado em Brasília. Tenho para mim que é uma grande honra e responsabilidade esta que me foi confiada. Se de um lado estão os compromissos que a missão me impõe, de outro lado está a realização plena dos meus sonhos de moça.

Por isto estejam certos que de minha parte não medirei esforços para cumprir bem a minha missão.

Ao finalizar, quero agradecer ao Deputado Luiz Roberto Soares, pelas palavras elogiosas com que me saudou; aos demais Srs. Deputados pelo apreço e cordialidade com que me receberam e a todos o meu muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência também quer manifestar, em nome da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à Senhorita Adla Nacli, Miss Paraná, a sua satisfação em recebê-la hoje, aqui, no Poder Legislativo de nosso Estado. Esta satisfação tem um sentido duplo porque ao tempo em que recebemos a representante da beleza da mulher paranaense, recebemos, também, a filha querida de um companheiro de muitos anos, representante do povo nesta Casa, que é o Deputado Fuad Nacli.

Em nome da Comissão Executiva eu quero externar os nossos cumprimentos ao casal Fuad Nacli e D. Maria Nacli e à Miss Paraná, desejando-lhe toda sorte de felicidade e dizer, neste instante, que o povo paranaense, através dos seus representantes aqui nesta Casa, ficará torcendo com todas as suas forças a fim de que você, que representa hoje a beleza da mulher paranaense, saia amanhã, de Brasília, representante da beleza da mulher brasileira.

São os votos da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Designo a mesma Comissão anteriormente designada, para acompanhar a Srta. Adla Nacii até o Salão das Bandeiras, onde receberá os cumprimentos dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para amanhã, dia 14, quinta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — do Projeto de Resolução n.º 45-73.

Marcando ainda Sessão Ordinária, para amanhã, dia 14, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 49-73 e de Resolução n.º 41-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 148-72 e 32-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 207-72, 25-73 e 80-73.

Marcando outra Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 15, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 96-72, 155-72, 6-73, 17-73, 22-73, 33-73 e 56-73, e dos Projetos de Resolução n.ºs. 12-73, 26-73, 27-73 e 36-73.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI REQUERIDA PELO SR. DEPUTADO CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA E APROVADA NA SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 13-6-73

DECRETO N.º 3800

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, tendo em vista o que consta do protocolo sob n.º 13.087/73, no Palácio do Governo e usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, item XVII, da Constituição Estadual,

DECRETO:

Art. 1.º. Fica aprovado o ESTATUTO PENITENCIÁRIO do Estado do Paraná, que com este baixa.

Art. 2.º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 6 de junho de 1973, 152.º da Independência e 85.º da República.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

MARIO FARACO
Secretário do Interior e Justiça

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

I — Introdução

1. O Governo do Paraná, sensível aos problemas de relevo público, decidiu cumprir a missão de proporcionar ao Estado um conjunto de normas que acolhessem as regras básicas para a instituição de um moderno sistema penitenciário, suprimindo a carência de ordenamento específico, na área regional.

Raros diplomas abordaram o tema, como a Lei n.º 4.615 de 9 de julho de 1962 e os Decretos n.ºs. 8.999 de 27 de julho de 1962; 10.893 de 19 de fevereiro de 1963 e 21.091, de 18 de setembro de 1971, sem constituir o complexo necessário de textos para regular a importante tarefa de execução das penas privativas de liberdade.

2. O presente projeto procura equacionar os problemas de maior dimensão, decorrentes da realidade prisional, à luz de princípios que a experiência modelou em diversos países.

Considerando o contingente de informações propostas pelas práticas internacionais, o projeto buscou assimilar também as pesquisas brasileiras, mostrando fisionomia compatível com os rumos da cultura social, na medida em que procura identificar o homem num período de sua história peculiar e integrado em determinado espaço geográfico.

II — Da estrutura

3. Objetiva o projeto um novo critério de administração penitenciária. A sistemática adotada repousa, fundamentalmente, na existência do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, entidade responsável pela ordenação e fixação de diretrizes da política penitenciária, constituído de vários estabelecimentos e órgãos auxiliares. Cada estabelecimento tem função específica, exercida em harmônica orientação com os demais.

4. A presente estrutura preocupa-se com a existência de patronatos para prover a ressocialização de ex-apidados e liberados condicionais, sanando a falta de órgão que assista os sujeitos em tais situações.

5. É prevista a criação do Conselho de Reclassificação e Tratamento e de comissões de classificação e tratamento, funcionando aquele colegiado como assessor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado e estas, de igual modo em relação às respectivas diretorias.

Assim, é suprida a ausência, em nosso sistema de órgãos auxiliares para opinar sobre a seleção dos internados, providência tão relevante para a finalidade da pena, que se encontra inserida no elenco das Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos, aprovadas pelo Congresso promovido pela Organização das Nações Unidas e reunido em Genebra, no ano de 1955.

6. Por outro lado, a nova estrutura do sistema não descarta das atenções que merecem os filhos dos internados e, para tanto, prevê a instalação de creches.

7. É instituído, também, o Conselho Educacional com atribuição de aprovar os programas de educação física, cultural, moral e cívica. Através dessa iniciativa, o rumo pedagógico da execução fica uniformemente orientado em vários estabelecimentos penais.

III — Do regime

8. O projeto acolheu o sistema celular individual como princípio básico do regime penitenciário, emprestando-lhe, porém, características adequadas às modernas exigências da consideração à personalidade.

9. Reconhecida a validade da pena privativa de liberdade que, hodiernamente, se coloca no centro dos sistemas punitivos em todos os países, segun-

do a recente doutrina de HANS WELZER (Derecho Penal Alemán; trad. de Juan B. Ramirez e Sergio Y. Pérez, Chile, (1970), cumpre ao Estado proporcionar os meios para infundir na instituição celular as perspectivas indispensáveis para depurar a essência retributiva que a tem informado.

As várias manifestações do pensamento jurídico dos tempos atuais, no sentido de erradicar da pena os coeficientes bárbaros ou místicos que tanto comprometem o seu destino cultural e coisificam o homem, correspondem à síntese de um processo que busca, tanto quanto possível, fórmulas de equilíbrio entre os interesses da comunidade frente aos valores individuais.

10. Em diversos países, as leis fundamentais refletem a visão finalística da pena, proclamando a necessidade de preservar a condição humana de seu destinatário e também possibilitar o reajustamento através do programa de execução.

As discussões mantidas na Itália a propósito da terceira parte do artigo 27 da Constituição peninsular, não se limitam ao plano exegético para apreender a inteligência e o alcance do texto, mas revela o propósito de magnanimizar o fim da prevenção especial, de maneira a convertê-lo em elemento conceitual da pena, como demonstrou o Segundo Simpósio Internacional de Direito Penal, realizado em Bressanone no ano de 1963, merecendo destaque as comunicações de STEFAN GLASER, GIUSEPPE ZUCCALÀ, FRANCO BRICOLA, PIETRO NUVOLONE, GIAMPIERO AZZALI, PIERRE BOUZAT e PAULO JOSÉ DA COSTA JUNIOR (Sul Problema della Rieducazione del Condannato — Padova, 1964).

11. Sem perder o caráter ético de retribuição à culpabilidade do sujeito, as providências de reação ao delito devem resguardar os direitos não atingidos pela condenação, de modo a estimular o desenvolvimento das aptidões socialmente adequadas, além de conservar e aprimorar as positivas reservas individuais.

Em consequência, a moderna concepção da pena não repousa em pesquisas filosóficas orientadas por um racionalismo indiferente à realidade dinâmica da vida, como entendiam alguns clássicos à maneira de KANT, reduzindo a sanção à entidade de categoria lógico-abstrata.

Sob outra feição, a notável relevância dos bens protegidos pelo Direito Penal evidencia o seu caráter público, impedindo a utilização de critérios civilísticos como se verificou através do movimento de "pandectização", segundo apelido dado por NELSON HUNGRIA e que consistia na acomodação de instituições e dogmas de Direito Civil para analisar as questões criminais.

12. Hoje, a pena é examinada à luz de perspectiva histórica que, embora conservando o perfil lógico de castigo pela desobediência ao imperativo de proibição ou comando, procura dirigi-la como instrumento para conjurar o alarmante índice da reincidência, fenômeno de expressão social em maior escala em razão de fatores externos e não apenas em decorrência de expressões singulares.

A composição entre a essência retributiva e a finalidade de prevenção especial, considerando-as como elementos inseparáveis numa relação de causa e efeito, constitui-se no ponto fundamental para orientar as definições encontradas em grandes doutrinas como REINHART MAURACH (Tratado de Derecho Penal, II; trad. de Juan C. Roda, Barcelona 1962); SEBASTIAN SOLER (Derecho Penal Argentino, II — Buenos Aires, 1970); EDUARDO CORREIA (Direito Criminal, I — Coimbra, 1963); FRANCESCO ANTOLISEI (Manuale di Diritto Penale, I — Milão, 1969); EUGENIO CUELLO CALÓN (Derecho Penal, I, II — Barcelona, 1971), introduzindo no conceito o intuito de prevenir novos delitos.

Se aos novos caminhos do Direito Penal corresponde também a evolução conceitual da pena é preciso que o programa de execução seja informado por métodos e critérios que satisfaçam as exigências mínimas consubstanciadas em diversos documentos, resultantes da comunhão de idéias que iluminaram os trechos malsinados da vida social e para os quais a indiferença muitas vezes atua como condição: o crime e o castigo.

Na ausência de um Código de Execuções Penais para completar a missão de garantia individual proposta pelo Direito Penal, através da inserção do princípio da reserva legal como dogma político e exigência estrutural do delito, os regulamentos penitenciários cumprem a tarefa de vincular a administração dos estabelecimentos penais aos objetivos programáticos da execução, expungindo a omissão tradicional que considerava a reeducação do delinquente como problema meramente administrativo, sujeito aos arbítrios do bom ou mau governo.

14. O repertório dos deveres e direitos da pessoa detida e o controle jurisdicional durante o período da execução, traduzem a dupla face de equacionamento da prevenção especial.

Com efeito, é antiga a preocupação no sentido de emprestar ao compo de tais relações, a normatividade necessária para lhes imprimir o vigor cogente, instituindo a experiência registrada na doutrina.

Muitos congressos internacionais (Londres, 1872; Estocolmo, 1878; Roma, 1885; San Petersburgo, 1890; Paris, 1895; Bruxelas, 1900; Budapeste, 1905; Washington, 1910; Londres, 1925; Praga 1930; Berlim, 1935, e Haia, 1950), desenvolveram estudos para sugerir providências efetivas no campo do Direito Executivo Penal, em correspondência com a formulação doutrinária reiterada desde o século XVIII, quando a filosofia do iluminismo e a reversão de idéias religiosas fecundaram o sistema penal com os princípios de dignidade à pessoa.

Embora as reuniões mundiais recentíssimas, procedidas em Estocolmo (1956) e em Kioto (1970), estejam vinculadas ao esquema geral da institucionalização de preceitos do novo ramo de Direito, foi através do Congresso Sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, patrocinado pela ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS em Genebra (1955), que se elaborou um conjunto de regras mínimas, merecendo destaque as chamadas regras de aplicação geral e consistentes em: registro de presos, separação por categorias, locais de prisão, higiene pessoal, roupas, alimentação, exercícios físicos, serviços médicos, disciplina e punições, meios de contenção (física) direito dos presos de requerer e obter informações contato com o mundo exterior, biblioteca, religião, comunicação com a família e vice-versa, capacitação de pessoal penitenciário, inspeção de estabelecimentos e serviços, etc.

15. No Brasil, apesar da limitação imposta pela Constituição que somente permite à União legislar sobre normas gerais de regime penitenciário, vários movimentos foram dirigidos com o objetivo de refundir o sistema, valendo mencionar o Seminário Latino Americano Sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, patrocinado pela ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, em colaboração com o governo nacional, na cidade do Rio de Janeiro (1953); os trabalhos da VI Reunião Penitenciária Brasileira, em São Paulo (1957); a resolução do III Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins, em São Paulo (1968); as teses do I Congresso do Ministério Público Estadual, realizado em São Paulo (1971) e a Moção de Nova Friburgo (1971).

Também a Lei n.º 3.274, de 2 de outubro de 1957 e os anteprojeto OSCAR STEVENSON (1957), ROBERTO LYRA (1963) e BENJAMIN DE MORAES

FILHO (1970) inserem-se no caminho da reforma autorizada plenamente em razão da garantia constitucional exigida das autoridades, no sentido de respeitar a integridade física e moral do detento e do presidiário.

A difusão dos princípios já legislados e de documentos destinados à análise do Parlamento, tem contribuído sensivelmente para a adoção de critérios administrativos a justificar a iniciativa do Poder Judiciário, como por exemplo, a instituição do regime de prisão albergue através dos Tribunais de Justiça de São Paulo e do Paraná, imprimindo benéfica alteração no processo executivo da pena.

O controle jurisdicional torna-se necessário durante a fase de cumprimento da sanção, posto que as autoridades administrativas são também destinatárias das normas do Direito Executivo Penal e o seu poder discricionário não poderia ficar à margem de fiscalização e intervenção.

Essa forma de atuação é realmente imprescindível para tornar eficaz o princípio da legalidade e muitos países promovem o controle de forma mais ou menos intensa, como ocorre na Itália através do giudice di sorveglianza; em Portugal com os tribunais de execução das penas, além da Dinamarca, Finlândia, Suíça, França e também o Brasil.

16. Quanto à classificação dos internados para o efeito de individualização das penas e medidas de segurança, o projeto contém disposições que refletem as técnicas atuais para atender as exigências de identificação, através de critérios biológicos, psicológicos e sociais. Assim, imprime rumo de indiscutível validade em oposição ao método superado que determinava a distinção em função da natureza da pena, o que implicava em superestimar o fato delituoso em holocausto às condições de seu autor e generalizando o tratamento em atenção ao título da culpa, olvidando o culpado para o qual foi reservada a sanção.

17. Cuidou também o projeto de amparar a delicada situação da condenada e suas relações com o filho de pequena idade, instituindo creches com providência imposta pelo princípio da personalidade da pena, minorando seus efeitos em relação às pessoas estranhas ao delito.

IV — Da assistência

18. Da assistência penitenciária, em sua plenitude, há de brotar ou resurgir no internado o sentimento precioso de sua condição humana que o levará à compreensão da finalidade maior da privação da liberdade: a sua recuperação social. Sem a existência dos setores técnicos assistenciais, a ciência penitenciária torna-se inócua, fenecendo os seus objetivos. Para que a prática individualizadora no tratamento penitenciário tenha bom sucesso, o projeto se preocupa em outorgar ao internado esferas diversas de auxílio visando a satisfação de suas necessidades.

19. A assistência à saúde se impõe como condição indispensável na busca da reintegração social. Sendo básica, deve o Estado propiciá-la integralmente, servindo-se, quando necessário, de outros órgãos oficiais ou mesmo particulares para a sua consumação.

No atendimento da saúde não se deve perquirir da origem do mal a ser tratado, pois se a medicina penitenciária preocupa-se em catalogar doenças adquiridas dentro e fora do cárcere, o mesmo não pode fazer a assistência médica, pois o bem estar psico-bio-social é pretensão comum a todos.

20. Numa escalada de sucessões não rigorosamente prioritárias, mas identificando o verdadeiro com o útil, alinha o projeto a assistência jurídica. Esta, pela experiência no trato com os negócios penitenciários, aparece como a mais ansiosamente procurada pelo ser tolhido de sua liberdade. Cuida-se de propiciar ao internado toda gama de medidas legais que permitam a indispensável proteção de direitos. Cresce de importância este benefício, quando se sabe, *verbi gratia*, que o Código de Processo Penal, no preceito permitindo ao próprio interessado requerer revisão criminal, perdeu eficácia ante a regra ditada pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil que impede o exercício da advocacia ao não habilitado. O mesmo ocorre em relação aos pedidos de unificação de penas.

Em face de tal conjuntura, não poderia o projeto descurar da proteção jurídica, inserindo no elenco do artigo 44 as mais diversificadas formas de atendimento, sem esquecer a defesa dos direitos de família.

21. Dos caracteres da pena privativa de liberdade, emerge o da personalidade que, embora consagrado como garantia constitucional, nem sempre pode ser devidamente respeitado, pois a retirada do chefe de família, para o cumprimento da sanção, vai refletir intensamente no seio daqueles que dependem de seu trabalho. Daí a extensão do capítulo pertinente à assistência social, como sendo o grande veículo de ajustamento do internado ao convívio prisional e de proteção à sua família, amparo este assegurado pela Constituição do Paraná.

A assistência também poderá ser estendida à vítima e seus familiares, nos casos de comprovada necessidade.

22. O projeto acolhe disposição de grande alcance humano e realístico ao abandonar a distinção entre mulher e companheira, parente legítimo e ilegítimo, posto que, para as finalidades da assistência social, todos estão equiparados, merecendo tratamento em idêntico nível. Os responsáveis pela assistência social ficarão incumbidos de promover as necessárias sindicâncias para a concessão do favor gradativo das visitas íntimas.

23. Os estabelecimentos penais, pela própria natureza de casos multipopulosos, constituem-se em grandes salas de aula, pois em todos os momentos o internado deve receber os mais variados ensinamentos de ordem moral, intelectual e profissional entre outros. Porém, é sob segura orientação psico-pedagógica que se conseguirá a transformação do delinquente de ontem, no homem socialmente ajustado de amanhã.

Principia a assistência educacional impondo o regime escolar para o analfabeto e possibilitando a evolução até o âmbito do ensino superior, em atendimento aos salutar objetivos do moderno penitenciarismo.

A obsoleta proibição do recluso escolher a modalidade de trabalho, conforme sua tendência e capacidade, deixa de existir, para ensinar o ensino profissionalizante aqueles desprovidos de iniciação e para o aperfeiçoamento técnico de aptidão inata ou adquirida.

Como o adestramento profissional do internado visa o seu futuro em liberdade e não apenas a prestação de serviços ao estabelecimento penal, as oficinas existentes perseguirão aquele fim com o concurso de entidades como o Serviço Nacional da Indústria e outras, mediante convênios.

24. Sob o aspecto material, o internado tem garantias relativas à alimentação suficiente, acomodação adequada e vestuário condigno.

25. A liberdade de culto religioso será ampla e sua prática facultativa.

26. Importante inovação, introduzida no sistema, reside na assistência ao egresso através dos patronatos.

Congressos internacionais realizados em muitos países, especialmente na Bélgica a propósito dos patronatos, contribuíram para o aperfeiçoamento dessas instituições, tendo o Congresso Penitenciário de Praga adotado resolução

no sentido de se criar uma associação internacional de patronato que reunisse representações de todos os países, para a promoção de uma obra de assistência internacional.

Considerando o patronato como um complemento da liberdade condicional, EUGENIO CUELLO CALÓN proclama que "la asistencia de los reclusos liberados es una consecuencia del tratamiento penitenciario de tipo reformador y tiende a ayudar al delincuente a perseverar en la obra de reeducación comenzada en el establecimiento penal, ya a consolarla evitando así su recaída en el delito. El patronato, tal como modernamente se concibe y practica, no tiene solamente un sentido caritativo nacido de la compasión hacia hombres desgraciados, sino también una útil finalidad de preservación y defensa social por prevenir la comisión de nuevos delitos por parte de los liberados. La favor de estas asociaciones ha de tender, por tanto, a facilitar el reo su camino en la vida de libertad, eliminando los obstáculos que lo dificulten, arrancándole trabajo y hasta asistiéndole materialmente si fuera preciso" (ob. cit. pág. 802).

Esta instituição, prevista no Código Penal brasileiro vigente e também no Decreto-lei n.º 1.004 de 21 de outubro de 1969, apesar de sua transcendental importância, nunca mereceu eficaz atenção regulamentadora.

Todo trabalho recuperacional desenvolvido nos estabelecimentos penais, por melhor que seja, não colherá os frutos pretendidos, se o egresso não encontrar no seio da comunidade livre o acolhimento que esta quase sempre lhe nega. Liberar simplesmente o homem que viveu anos privado de liberdade, sem lhe proporcionar condições de ambientação e sobrevivência honesta, determina a frustração do trabalho do penitenciário.

Interpretando essa etapa de transição entre a segregação e a plena liberdade, em função da atitude receiosa ou de repúdio revelada pela sociedade, ITALO LUDER acentua que o apoio ao egresso não significa exculpação pelo delito ou modificação do juízo de reprovação que oportunamente mereceu a sua conduta, mas, sim, que deve ser ele recebido como um semelhante e não como desonrado, posto que necessita, mais que nunca de compreensão ambiental (El principio de Legalidad en la Ejecución de la Pena in Revista del Centro de Estudios Criminológicos — Mendoza, 1968, pág. 43).

Grande parte dos egressos deixa a casa penal com o pouco remanescente do seu salário (pecúlio de reserva), sem perspectiva de emprego, com documentação precária e desgraciadamente com o estigma de ser ex-presidiário. Em tais condições, a linha de seu horizonte é bastante restrita determinando, em alta porcentagem, o retorno pela prática de nova infração. Essa anomalia social não desaparecerá por completo, mas tende a minorar através de atuação do patronato.

Dando maior amplitude que os códigos penais de 1940 e 1969, o projeto assinala que os patronatos serão oficiais, particulares ou mistos.

A experiência em outras unidades da Federação vem demonstrando a necessidade da instalação e efetivo funcionamento como serviço público de relevante valor.

No Estado da Guanabara, o patronato está representado pelo Instituto de Reintegração Social Magarino Torres, de personalidade pública, com satisfatórios resultados práticos. Por outro lado, em São Paulo, embora o patronato oficial não tivesse logrado o êxito esperado, com a sua extinção surgiu o Instituto de Reintegração Social e Profissional (IRES), de caráter particular e que se formou graças aos propósitos altamente meritórios de cidadãos paulistas. Essa casa de estágio, como também é conhecida, está funcionando há mais de ano, com excelente estatística comprobatória de sua necessidade, principalmente no objetivo de mudar a imagem distorcida do egresso perante a sociedade e junto a grandes faixas de empresários que, aliás, participam da própria direção, de forma idêntica àquela que vem ocorrendo em países evoluídos, como os Estados Unidos da América do Norte, Alemanha e Holanda, através dos voluntários sociais.

Convém ressaltar que, no Paraná, a semente já foi lançada, pois mulheres saídas da Penitenciária estão sendo acolhidas de forma magistral por algumas famílias. A iniciativa deve ser incrementada com apoio de entidades de classe e clubes de serviço, entre outros para, juntamente com o Governo, amenizar o desacerto na reinserção social.

As atribuições desse órgão de tutela, começam incidindo sobre o homem ainda internado, em colaboração com o serviço de assistência social, alargando-se a todos aqueles que deixam o estabelecimento, em forma condicional ou definitiva e ampliando-se às respectivas famílias.

Visitar, observar, vigiar discreta e permanentemente, ao lado da procura de emprego, encaminhar aos estabelecimentos hospitalares preparar o ambiente familiar para a recepção do seu integrante, além de fiscalizar o cumprimento das condições impostas pela autoridade judiciária, são algumas das incumbências do patronato.

Consoante moderna corrente de orientação pós-prisional, o egresso não poderá sofrer constrangimento em suas liberdades fundamentais por práticas policiais arbitrárias, razão pela qual o patronato deverá representar contra essa forma de abuso de poder.

Sob este aspecto o projeto se filia à posição generalizada de excluir os órgãos policiais da tarefa de vigilância do liberado, conforme recomendações do Congresso Penitenciário Internacional de Londres e o XII Congresso Penal e Penitenciário de Haia.

A tendência foi consagrada no tratamento que o Decreto-Lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, reserva ao livramento condicional, referindo-se à observação cautelar e proteção do liberado, conforme a redação de seu artigo 79 e da Exposição de Motivos do novo diploma penal.

V — Do trabalho

27. O projeto considerou a obrigatoriedade e a remuneração do trabalho penitenciário, como aspectos básicos da terapêutica ocupacional, em harmonia com as recomendações insistentes da doutrina e declarações dos congressos promovidos pela ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS em Genebra (1955) e Londres (1960) além de copiosas manifestações singulares e coletivas.

RENÉ ARIEL DOTTI, em tese apresentada ao IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins, reunido em Recife de 2 a 8 de agosto de 1970, preconiza que "a necessidade do trabalho, em qualquer das espécies de internamento, é imperiosa para a solução de problemas decorrentes da inatividade que interrompe bruscamente o exercício profissional ou, então, agrava ainda mais o processo negativo da ociosidade em que vivia o detento antes de ser submetido à custódia" (Pena Privativa de Liberdade — in Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná — n.º 13 — pág. 187), orientação que se adota no momento, face ao entendimento da nova filosofia penológica de que "a obrigação do trabalho não deve mais constituir um agravamento da pena, e sim um meio pedagógico e de útil colaboração humana" (ob. cit., pág. 185).

Acolhendo as disposições genéricas da Lei n.º 3.274, de 2 de outubro de

1957, o projeto acentuou a compulsoriedade do trabalho com resultados finalísticos, de maneira a objetivar as seguintes metas: a) remuneração para prover, entre outras obrigações de ordem legal, a formação de um fundo próprio de reserva a ser levantado com a liberação do internado; b) controle estatal das importâncias depositadas; c) preferência de trabalho externo ao internado de índice superior de aproveitamento e de maior tempo de cumprimento da pena, excluindo-se desse benefício, o preso em caráter provisório, em razão do processo no qual não haja sentença com trânsito em julgado; d) direito ao seguro contra acidente de trabalho em função da teoria do risco.

As disposições do projeto, neste capítulo, seguem as lições aprovadas no panorama dos modernos sistemas.

VI — Da disciplina

28. Emprestando ao regime disciplinar um critério de maior justiça, o sistema acolhe o princípio da legalidade segundo a fórmula de FEUERBACH (nullum crimen, nulla poena sine praevia lege) guardadas as medidas diferenciadoras entre as esferas criminal e administrativa. Assim, na definição das infrações e das sanções, fica eliminado o arbítrio irrefreado de regimentos ou autoridades.

Visando salvaguardar a saúde e a dignidade do autor de falta disciplinar, são proscritos quaisquer raios atentatórios a esses bens que, por serem imanescentes ao homem e fundamentais para a convivência hígida, devem ser rigorosamente respeitados.

29. Ainda sob inspiração do modelo penal, foi inserido o instituto do concurso para a prática de falta disciplinar, cominando sanções a todos os partícipes do evento.

30. Classificam-se as faltas disciplinares, conforme o caráter da infração, em terceiro grau (leves); segundo grau (graves) e primeiro grau (gravíssimas). As diferentes espécies de faltas explicitadas no projeto, visam incutir no internado a noção do cumprimento do dever, o hábito da disciplina e o sentimento de respeito aos bens jurídicos alheios.

As sanções obedecem a uma escala valorativa, variável conforme o injusto que lhe dá conteúdo, estipulando como sanção maior a imposição de medida temporal por noventa dias.

Quando o autor de falta de primeiro grau for considerado perigoso em termos de oferecer grave ameaça à ordem, poderá ser colocado em regime especial, separando-o dos demais internados pelo prazo necessário à cessação de tal estado. Essa medida, de natureza assecuratória, será cumprida em cela normal e após o término da sanção disciplinar, não resultando sobre o internado qualquer restrição, salvo a decorrente da separação.

31. Como a prática de falta disciplinar geralmente implica na mácula do comportamento carcerário, as sanções serão registradas no prontuário individual, porém, a inscrição, pertinente às medidas punitivas relativas às faltas de terceiro e segundo graus, ficará sem efeito, se não houver reiteração de conduta faltosa no prazo posterior de seis meses.

A finalidade desse dispositivo se deve à oportunidade conferida ao internado responsável por faltas leves e até mesmo graves, que são frequentes, de ser contemplado com o cancelamento do registro em face do bom comportamento sucessivo ao cumprimento da punição.

32. Catalogando as faltas e sanções, o projeto dispõe de um capítulo especial para o devido procedimento, elaborado com a finalidade de proporcionar o exercício da defesa, de modo a legitimar a imposição de medida adequada, evitando-se o sacrifício de uma garantia individual e fixando os limites da imputação.

33. Também como providência de justiça é admitida a possibilidade do reexame das sanções através de recursos próprios.

A reconsideração caberá, quando não for unânime o parecer do Conselho de Classificação e Tratamento ou a decisão tiver sido aplicada em desacordo com o mesmo parecer.

A revisão terá cabimento, quando surgirem novas provas, demonstrando ter sido a decisão embasada em testemunho ou documento comprovadamente falso ou, ainda, se a punição contrariar texto legal.

34. Considerando-se que, não havendo recurso ou sendo confirmada a decisão, haverá anotação no prontuário individual como registro para informações sobre o comportamento carcerário nos incidentes de livramento condicional, indulto e outros, o projeto acolhe o instituto da reabilitação disciplinar para as faltas do primeiro grau, visando o cancelamento da anotação.

Estes recursos, pela alta finalidade que os reveste, em muito contribuirão para a ressocialização, posto que o internado sentirá a presença do direito e da justiça.

35. Na aplicação das sanções, o projeto adotou um critério de indeterminação relativa e consistente na possibilidade de irrogação de medidas em forma flexível, obedecendo-se, porém, às cominações previamente estabelecidas, conforme o grau da falta.

Não se atendeu ao princípio da gradação de penalidades relativamente à ordem da perpetração das faltas cometidas, distinguindo-se os traços entre os ramos de Direito Penal e Administrativo, segundo recomenda a doutrina (A.A. CONTREIRAS DE CARVALHO, em *Estatuto dos Funcionários Públicos Interpretado*, II, Rio de Janeiro, 1957, pág. 155).

O caráter discricionário do poder disciplinar confere ao aplicador da sanção uma faculdade de maior amplitude na apreciação da falta, diversamente da tarefa cometida ao juiz Criminal (THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, *Tratado de Direito Administrativo*, I, Rio de Janeiro, 1964, pág. 116).

No mesmo sentido CARLOS S. DE BARROS JUNIOR afirma que essa discricionariedade de reconhecimento unânime pela doutrina, surge não só no que diz respeito à iniciativa e atuação, como no que tange ao conceito da infração sua apreciação é certa latitude na escolha da pena" (*Do Poder Disciplinar na Administração Pública*, São Paulo, 1969, pág. 205).

Tal maleabilidade não se contrapõe ao princípio da legalidade na execução assegurado no projeto em homenagem às exigências de ordem superior como as previstas no artigo 153 § 14 da Constituição Federal e artigo 32 do Código Penal.

36. Como medida de política penitenciária e tendo em vista que a administração deve oferecer oportunidades como contra estímulo à reiteração de infrações, proporciona o sistema a suspensão condicional da sanção, a fim de desenvolver no faltoso o sentimento de honestidade e um estilo de conduta morigerada.

Em face das peculiaridades do exercício do poder disciplinar no âmbito prisional, a suspensão é regulada de modo característico, não apenas quanto ao requisito para concessão, como também quanto à possibilidade de cancelamento da sanção em razão do comportamento satisfatório, durante o período de prova. Igualmente o estado de saúde será condição para a providência da suspensão, sem prejuízo de ser executada a punição, quando cessada a incapacidade.

37. Recepcionando a regra da detração penal, o projeto estabelece que o isolamento preventivo será computado na execução da sanção disciplinar, visando eliminar os possíveis excessos sobre a inflição.

VII — DOS DIREITOS COMUNS E DOS FAVORES GRADATIVOS

37. O projeto contém disposições de direitos comuns reconhecendo-as dentro de uma conjuntura a que está submetido o internado, nos planos de dimensionamento de espaço e tempo e na perspectiva de existência.

39. Determinadas normas refletem os princípios gerais das regras mínimas para o tratamento dos penitenciários, aprovadas pelo Seminário Latino Americano Sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, realizado no Rio de Janeiro em 1953, como se poderá observar através do enunciado do princípio no 64: "a) o tratamento de pessoas condenadas à prisão deve ter como objetivo, tanto quanto a duração da pena, o permitir inculcar-lhes a vontade de levar uma vida de respeito às leis e de automanutenção depois de libertados e prepará-las para conseguilas; b) para esse objetivo, todos os meios apropriados devem ser usados, incluindo educação, orientação vocacional, treinamento profissional, aconselhamento para emprego, desenvolvimento físico e fortalecimento do caráter, de acordo com a necessidade individual de cada preso e à luz de sua história social e criminal de suas capacidades e aptidões físicas e mentais, de seu temperamento, da duração de sua pena e de suas prospeções depois do livramento".

40. No tratamento dispensado ao internado através das normas do projeto, foi atendido o preceito constitucional referido pelo artigo 153 § 14, in verbis: "Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral no detento e do presidiário".

A disposição frontal, garantindo ao internado todos os direitos não atingidos pela sentença condenatória ou sanção disciplinar, representa o ponto alto de nobreza em termos de consideração ao jus dignitatis, valendo as especificações seguintes como corolários lógicos: tratamento condigno, proporcionalidade na distribuição do tempo prisional, percepção de salário e ressarcimentos, chamamento nominal, requerimentos e recursos às autoridades, enfim um complexo de direitos que alcançam as mais variadas facetas de consideração à pessoa humana.

41. Os favores gradativos constituem-se em liberalidades da administração, segundo o índice de aproveitamento e o grau de adaptação social do internado e procuram oferecer compensações de ordem material ou espiritual, para superar a contingência do aprisionamento.

Alguns desses favores, como por exemplo as visitas íntimas do cônjuge ou companheira, visitas a parentes em caso de doença grave e visitas à família, constituem não somente o reflexo de aspirações individuais mas, principalmente o reconhecimento por parte do Estado da condição humana daquele que poderá prestar útil colaboração à comunidade.

VIII — CONCLUSÃO

42. É este, Senhor Governador, o projeto que tenho a satisfação e a honra de submeter à sua apreciação.

Trata-se de documento elaborado durante e sob a inspiração do Governo de Vossa Excelência que, manifestando preocupação com a relevância dos temas nele contidos, vem afirmar a contribuição jurídica do Paraná frente às demais unidades da Federação.

Os trabalhos de pesquisa e redação desenvolvidos pela Comissão obedeceram a critérios de oportunidade científica aproveitando os registros válidos de experiências procedidas no Brasil e outros países, observadas, no entanto, as características peculiares ao nosso Estado e a possibilidade efetiva de introduzir a reforma como providência de notável interesse público.

O tempo encarregar-se-á de mostrar a importância desta contribuição que transcende os limites comuns à administração para se converter em obra de expressão social adequada aos empreendimentos que enobrecem a missão política.

Antes de encerrar a presente exposição, quero recomendar a Vossa Excelência todos os membros da Comissão que tornaram possível esta realização, sugerindo que se considerem relevantes os serviços prestados: Desembargador José Munhoz de Mello, Presidente; Doutor Negi Calixto representante do poder Judiciário; Doutor Aristeu dos Santos Ribas, representante da Associação do Ministério Público do Estado; Doutor René Ariel Dotli, representante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Doutor Edgar Cavalcanti de Albuquerque, representante da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná; Doutor Antônio Acir Breda, representante do Instituto dos Advogados do Paraná; Doutor Orlando Maurício Gehr, Diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado; Doutor Luiz Chemim Guimarães Diretor da Penitenciária Central do Estado; Doutor Carlos Augusto Hoffmann, Diretor da Penitenciária de Mulheres; Doutor Eduardo Plinta Troian, Diretor da Prisão Provisória de Curitiba e Doutor Eduardo Mário de Camargo, Diretor do Manicômio Judiciário.

Também participou ativamente dos trabalhos, na qualidade de Diretor da Prisão Provisória de Curitiba o ex-Promotor de Justiça Doutor Lamartine Poilo Soares, cujo recente falecimento privou a Comissão de sua dedicada colaboração.

Aproveito a oportunidade Senhor Governador, para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu respeito.

MÁRIO FARACO — Secretário de Estado

RESUMO DO ESTATUTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, a que se refere o Decreto n.º 3.800 de 6 de junho de 1973.

TÍTULO I DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

CAPÍTULO I DOS ESTABELECIMENTOS PENAIIS

Art. 1.º O sistema penitenciário do Estado do Paraná coordenado pelo Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado (D.E.P.E.), é constituído dos seguintes órgãos:

- I — estabelecimentos presidiários;
- II — estabelecimentos penitenciários;
- III — estabelecimentos agrícolas, industriais ou mistos;
- IV — estabelecimentos médico-penais;
- V — estabelecimento de criminologia;
- VI — patronatos.

Art. 2.º Em qualquer dos estabelecimentos mencionados haverá sempre a separação e distinção por sexo, personalidade e faixa etária dos internos.

Parágrafo único — Para os efeitos deste estatuto entende-se por internado

toda pessoa sujeita à prisão provisória, ou contença transitada em julgado ou sob medida de segurança.

Art. 3.º Os estabelecimentos presidiários destinam-se aos internados provisórios e aos sujeitos à prisão simples administrativa e prisão albergue.

Parágrafo único — Nas comarcas onde não existam estabelecimentos presidiários, suas finalidades serão atribuídas às cadeias públicas, observadas as normas deste estatuto no que forem aplicáveis.

Art. 4.º Os estabelecimentos penitenciários destinam-se aos condenados com sentença transitada em julgado em regime fechado.

Parágrafo único — Os estabelecimentos presidiários e penitenciários poderão ser mistos, quando houver excesso de população em qualquer deles ou no interesse da administração penitenciária.

Art. 5.º Os estabelecimentos agrícolas, industriais ou mistos destinam-se aos internados com sentença transitada em julgado, em regime de semi-liberdade.

Art. 6.º Os estabelecimentos médico-penais compreendem: (*)

- I — hospitais;
- II — sanatórios;
- III — manicômios judiciários.

§ 1.º Os hospitais destinam-se ao tratamento médico ou cirúrgico dos internados.

§ 2.º Os sanatórios destinam-se ao recolhimento dos internados portadores de moléstias infecto-contagiosas.

(*) Vide art. 41, parágrafo único.

§ 3.º Os manicômios judiciários destinam-se ao tratamento psiquiátrico dos internados.

Art. 7.º O estabelecimento de criminologia destina-se aos exames médicos, psicotécnicos, psiquiátricos e criminológicos.

Art. 8.º Os patronatos visam à assistência aos internados aos liberados condicionais aos egressos, aos sujeitos à prisão albergue, às vítimas e respectivas famílias e aos submetidos à liberdade vigiada.

Art. 9.º Ninguém será recolhido ou mantido em estabelecimento penal sem ordem escrita de autoridade competente, procedendo-se ao registro e às devidas comunicações legais.

Art. 10. Os diretores dos estabelecimentos serão de livre escolha do Governador do Estado, nomeados em comissão dentre pessoas de reconhecida idoneidade moral, com conhecimento de assuntos penitenciários e portadores de diploma de nível superior.

§ 1.º Os cargos de diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado e dos estabelecimentos presidiários e penitenciários serão privativos de bacharéis em Direito.

§ 2.º Os cargos de diretor dos demais estabelecimentos serão exercidos por portadores de diploma de nível superior compatível com a natureza de cada um.

Art. 11. Nos estabelecimentos destinados a mulheres, os responsáveis pela segurança interna serão, preferencialmente, funcionários do sexo feminino.

CAPÍTULO II DOS ORGAOS AUXILIARES

Art. 12. São órgãos auxiliares do sistema penitenciário:

- I — O Conselho de Reclassificação e Tratamento;
- II — as comissões de classificação e tratamento;
- III — as creches;
- IV — O Conselho Educacional.

Art. 13. O Conselho de Reclassificação e Tratamento compor-se-á do diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, dos diretores dos estabelecimentos, de um psiquiatra e de um assistente social sobre a presidência do primeiro.

Art. 14. As comissões de classificação e tratamento funcionarão em cada estabelecimento e serão compostas de cinco membros escolhidos entre os funcionários pelo diretor, que será o presidente.

Art. 15. As creches terão por finalidade assistir aos menores até sete anos, cujos responsáveis estejam internados em estabelecimentos do sistema.

Parágrafo único — Haverá uma creche em cada estabelecimento agrícola industrial ou misto.

Art. 16. O Conselho Educacional será composto dos diretores e de um representante do corpo docente de cada órgão, sob a presidência do diretor do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado.

Parágrafo único — Do Conselho Educacional participará um representante da Secretaria de Educação e Cultura do Estado.

Art. 17. Cabe ao Conselho de Reclassificação e Tratamento:

- I — deliberar sobre a reclassificação dos internados nos estabelecimentos que compõem o sistema;
- II — propor as transferências que entender necessárias;
- III — deliberar sobre pedidos de revisão e reabilitação;
- IV — estudar e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do sistema penitenciário.

Art. 18. Cabe às comissões de classificação e tratamento:

- I — opinar sobre classificação e desclassificação dos internados;
- II — instruir processo disciplinar e propor as sanções cabíveis;
- III — propor ao diretor do estabelecimento a reclassificação de internados;
- IV — estudar e sugerir medidas para aperfeiçoar o tratamento dos internados.

Art. 19. Incumbe ao Conselho Educacional aprovar os programas de educação física, intelectual moral e cívica e profissional. (*)

TÍTULO II DO REGIME PENITENCIÁRIO

CAPÍTULO I DO SISTEMA CELULAR

Art. 20. O sistema celular individual é princípio básico do regime penitenciário.

(*) Vide art. 54.

§ 1.º O isolamento celular é obrigatório durante o repouso noturno.

§ 2.º A cela individual contará com dormitório aparelho sanitário, lavatório e chuveiro.

§ 3.º O dormitório compreenderá cama e roupa, além de mesa e cadeira, onde couber.

Art. 21. Vigorará, no sistema penitenciário, a área celular individual mínima de seis metros quadrados.

Art. 22. Consideram-se requisitos básicos de concepção de unidade celular:

I — a salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de areação, insolação e condicionamento térmico adequados à existência humana;

II — o acabamento interno, de pisos e paredes, com material que proporcione superfícies lisas;

III — a composição harmônica e agradável do ambiente mediante a adoção de leveza de formas e sobriedade de cores.

Art. 23. Na construção de estabelecimentos penais, atender-se-á a necessidade de correspondência entre o abrandamento da pena e a melhoria das condições celulares.

CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO DO INTERNADO E DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Art. 24. Na execução das penas e medidas de segurança detentivas proceder-se-á inicialmente ao exame psico-bio-social para fins de classificação do internado e individualização do tratamento de recuperação social.

Parágrafo único — O exame de classificação inicial será coordenado pela Comissão de Classificação e Tratamento, com o concurso dos órgãos especializados do sistema penitenciário, e compreenderá:

- I — exame médico;
- II — exame psiquiátrico;
- III — verificação do estado psicológico;
- IV — verificação da situação sócio-familiar;
- V — verificação do nível ético;
- VI — apuração do grau de instrução;
- VII — verificação de tendência ou aptidão profissional;
- VIII — aferição do grau de inadaptação social.

Art. 25. Completado o exame que constará do prontuário individual, ao internado será atribuída pelo diretor do estabelecimento atividade compatível com a classificação inicial.

Art. 26. A classificação inicial do internado, pelo prazo mínimo de noventa dias, constituirá período probatório.

Art. 27. Durante o período probatório o internado terá classificação provisória e permanecerá no índice neutro.

Art. 28. Para verificação dos efeitos do tratamento laborativo, educacional e disciplinar, o internado onde não obtiver conceito negativo será classificado:

- I — no índice de aproveitamento bom, após o período probatório;
- II — no índice de aproveitamento ótimo, após seis meses no mínimo de permanência em estabelecimentos presidiários e penitenciários;
- III — no índice de aproveitamento excelente, após um ano, no mínimo de permanência em estabelecimentos presidiários e penitenciários;
- IV — no índice de aproveitamento excepcional quando contar um ano e seis meses de vida carcerária.

Art. 29. Atribuir-se-á conceito negativo ao internado, somente em caso de sanção disciplinar, desvio de conduta ou inadaptação às atividades laborativas e educacionais.

Art. 30. O conceito negativo interromperá a contagem de tempo para efeito de classificação do internado ou o desclassificará.

Art. 31. A desclassificação determinará o retorno ao índice imediatamente inferior ou ao índice neutro conforme o caso.

Art. 32. Dos atos sobre classificação e desclassificação, caberá recurso, no prazo de cinco dias da publicação para o Conselho de Reclassificação e Tratamento.

Art. 33. A classificação do internado num estabelecimento, prevalecerá em qualquer outro do sistema penitenciário.

Art. 34. Os índices de aproveitamento, a critério do diretor do estabelecimento, poderão ser representados por plaquetas coloridas que o internado usará obrigatoriamente.

Parágrafo único — O índice "bom" será representado pela cor branca, o índice "ótimo" pela cor verde, o índice "excelente" pela cor azul e o índice "excepcional" pela cor ouro.

Art. 35. Em caso de fuga o internado só poderá ser mantido em regime de semi-liberdade após o decurso de seis meses em regime fechado.

Art. 36. A internada salvo nos caso de incapacidade física ou mental, poderá manter em sua companhia o filho menor de sete anos de idade.

§ 1.º. Após os sete anos, será o menor entregue a parentes ou encaminhado ao Juízo de Menores.

§ 2.º Em caso de separação, cuidar-se-á sempre de proporcionar o relacionamento entre mãe e filho.

Art. 37. O abuso de poder exercido contra internado será punido administrativamente sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.

Art. 38. Os internados ficarão ininterruptamente sob controle jurisdiccional.

Art. 39. O diretor do estabelecimento informará ao Juízo das Execuções Criminais, antecipadamente, o término dos prazos de cumprimento das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança detentivas.

§ 1.º. No término dos prazos mínimos das medidas de segurança o diretor do estabelecimento remeterá minucioso relatório que habilite o Juízo das Execuções Criminais decidir sobre a cessação ou permanência da medida.

§ 2.º. Serão comunicados ao Juízo competente o óbito e a evasão, para que conste dos autos, devendo a certidão de óbito acompanhar a comunicação.

TÍTULO III DA ASSISTENCIA PENITENCIÁRIA CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 40. A assistência penitenciária compreende:

- I — assistência à saúde;
- II — assistência jurídica;
- III — assistência social;
- IV — assistência educacional;
- V — assistência material;
- VI — assistência religiosa;
- VII — assistência ao egresso.

CAPÍTULO II DA ASSISTENCIA A SAÚDE

Art. 41. A assistência à saúde cuidará:

- I — do atendimento médico, odontológico e farmacêutico do internado;
- II — da higiene e salubridade dos estabelecimentos.

Parágrafo único — A assistência à saúde poderá ser prestada por instituições estranhas ao sistema, oficiais ou particulares, quando necessário e a juízo da administração. (*)

CAPÍTULO III ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Art. 42. A assistência jurídica tem por finalidade defender os direitos e patrocinar os legítimos interesses do internado.

Art. 43. A assistência jurídica será prestada ao internado "ex-officio" ou quando solicitada.

Art. 44. A assistência jurídica incumbe especialmente;

I — verificar a legalidade do recolhimento do internado;

II — impetrar "habeas corpus";

III — requerer e acompanhar pedido de livramento condicional e de prisão albergue;

IV — requerer e acompanhar pedido de indulto, comutação e graça;

V — requerer e acompanhar pedido de unificação de penas;

VI — requerer e acompanhar revisão criminal e interpor recursos;

VII — promover diligências relativas ao cálculo de pena;

VIII — providenciar a expedição de alvarás de soltura;

IX — requerer e acompanhar medidas e ações relativas ao direito de família.

(*) Vide art. 6.o.

CAPÍTULO IV DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. A assistência social auxiliará no ajustamento do internado ao meio-ambiente penitenciário e promoverá condições de seu retorno ao convívio social.

Art. 46. A assistência social estender-se-á à família do internado.

§ 1.o. Em caso de necessidade será igualmente prestada a vítima e sua família.

§ 2.o. A assistência será extensiva à companheira e aos filhos ilegítimos.

§ 3.o. Entende-se por companheira a mulher que tenha comprovadamente, convivido com o internado pelo prazo mínimo de dois anos.

Art. 47. Poderá o serviço de assistência social receber a colaboração de particulares.

Art. 48. Incumbe à assistência social:

I — diligenciar a solução dos problemas sociais apresentados pelo internado;

II — providenciar a obtenção dos documentos necessários ao internado;

III — preservar os vínculos familiares do internado;

IV — providenciar a realização dos casamentos de internados;

V — realizar as sindicâncias para expedição de carteiras de identificação de visitantes e concessão de visitas íntimas;

VI — entender-se com patronatos ou entidades congêneres para auxílio ao internado e sua família;

VII — manter registro das habilitações profissionais do internado;

VIII — colaborar com os patronatos na obtenção de emprego.

CAPÍTULO V DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Art. 49. O internado receberá educação física, intelectual, moral, cívica e profissional, sob orientação psico-pedagógica.

§ 1.o — Será obrigatória a alfabetização do internado.

§ 2.o — O internado portador de doença ou deficiência mental receberá instrução apropriada.

Art. 50. Os currículos serão organizados com observância das diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 51. Serão instituídos prêmios à boa conduta, à aplicação e ao aproveitamento nos estudos, tais como:

I — oferta de livros;

II — menção honrosa;

III — autorização para exercer a função de auxiliar de professor;

IV — outorga de medalha.

Art. 52. Haverá programação recreativa e cultural, através de representações artísticas, projeções cinematográficas, rádio, televisão, competições esportivas, comemorações em datas de significação cívico-social, conferências, leitura orientada e outras promoções, a critério da direção.

Art. 53. Os estabelecimentos penais manterão bibliotecas de livros didáticos e literatura compatível, em ambiente adequado.

Art. 54. Os programas de educação física, intelectual, moral e cívica e profissional serão organizados pelos professores e aprovados pelo Conselho Educacional. (*)

Art. 55. Para o preenchimento das finalidades educacionais, poderá o Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado firmar convênios com entidades públicas ou privadas.

CAPÍTULO VI DA ASSISTÊNCIA MATERIAL

Art. 56. A assistência material consiste no fornecimento de vestuário, alimentação variada, suficiente e de boa qualidade, em condições higiênicas satisfatórias.

Parágrafo único — Todo internado receberá três refeições diárias, no mínimo.

Art. 57. O vestuário do internado não terá aparência degradante.

(*) Vide art. 19.

CAPÍTULO VII DA ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Art. 58. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada ao internado que a solicitar.

Parágrafo único — Nos estabelecimentos haverá locais apropriados aos mistérios religiosos.

CAPÍTULO VIII DA ASSISTÊNCIA AO EGRESSO

Art. 59. Os patronatos serão oficiais, particulares ou mistos.

Art. 60. Aos patronatos incumbe:

I — manter, por meio de visitas e observação, vigilância permanente e discreta sobre o egresso, devendo atendê-lo, adverti-lo e ajudá-lo na recuperação profissional e disciplinar, bem como no cumprimento das condições estabelecidas pela autoridade judiciária a que estiver sujeito;

II — obter emprego para o egresso, na forma do artigo 48, item VIII;

III — prover abrigo e manutenção ao egresso desempregado;

IV — providenciar tratamento médico ou hospitalar ao egresso;

V — remover causas de desajustes e incompreensões no meio familiar do egresso;

VI — comunicar ao Conselho Penitenciário a inobservância de condições impostas ao liberado condicional;

VII — colaborar com a assistência penitenciária.

Art. 61. Os patronatos manterão registro das observações relativas à saúde, grau de instrução, aptidões e conduta do egresso.

Art. 62. O patronato deverá representar contra abuso de poder da autoridade policial no cerceamento da liberdade do egresso.

Art. 63. As instituições assistenciais, públicas e particulares subvencionadas pelo Estado, reservarão lugares para os egressos que forem encaminhados pelo patronato.

Parágrafo único. — O número de lugares será estabelecido mediante convênio.

Art. 64. Os patronatos manterão entendimento com os sindicatos de trabalhadores e empresas industriais, comerciais ou agrícolas, para aproveitamento do egresso.

TÍTULO IV DO TRABALHO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 65. É dever do internado trabalhar durante o dia, na medida de suas forças e aptidões.

Parágrafo único — O trabalho deverá proporcionar aprendizagem ou aperfeiçoamento de ofício.

Art. 66. O trabalho será remunerado, mediante prévia tabela de valores, devendo o salário prover os seguintes fins:

I — reparação dos danos causados pelo delito, quando for determinada judicialmente;

II — pagamento da pena de multa;

III — pagamento das custas judiciais;

IV — prestação de alimentos na forma da lei civil;

V — formação de um fundo próprio de reserva;

VI — atendimento de gastos pessoais particulares.

§ 1.o — As deduções a que se referem os incisos I, II e III, serão mensais e estipuladas em vinte e cinco por cento do salário penitenciário a que o internado fizer jus.

§ 2.o — As demais finalidades serão atendidas em repartição equânime do salário.

§ 3.o — Não havendo obrigação a indenizar, nem de pagar multa e custas, as parcelas reservadas para tais fins serão destinadas ao fundo próprio de reserva.

Art. 67. As importâncias, correspondentes ao fundo próprio de reserva e superiores a três salários integrais, serão depositadas em estabelecimento oficial de crédito, sob o controle dos diretores dos estabelecimentos penais, não podendo ser tiradas antes da liberdade do internado, salvo em caso de necessidade justificada.

Art. 68. Será facultativo o trabalho do maior de setenta anos.

Art. 69. Na organização do trabalho serão observados os requisitos de higiene e segurança previstos na legislação trabalhista.

Art. 70. O regime de trabalho será de oito horas diárias, com descanso aos domingos e feriados.

Parágrafo único — Poder-se-á atribuir trabalho ao internado em horas extraordinárias, sendo necessário ou para atender a serviços de conservação e manutenção.

Art. 71. O trabalho será executado nos estabelecimentos penais, ou em obras ou serviços públicos a critério do Conselho de Reclassificação e Tratamento e comunicação a autoridade judiciária.

Art. 72. Para a prestação do trabalho externo dar-se-á preferência ao internado que tenha índice superior de aproveitamento e maior tempo de cumprimento da pena.

Art. 73. Não poderá ser aproveitado em trabalho externo o internado cujo processo estiver em andamento ou pendente de recurso ordinário.

Art. 74. O internado terá seguro contra risco de acidente de trabalho, de acordo com a lei.

CAPÍTULO II DAS GRADUAÇÕES

Art. 75. O internado será classificado pelos critérios da aptidão, dedicação e rendimento, nas seguintes graduações progressivas:

I — 3.a classe;

II — 2.a classe;

III — 1.a classe.

TÍTULO V DA DISCIPLINA PENITENCIÁRIA

CAPÍTULO I DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 76. Não haverá falta disciplinar nem sanção sem prévia cominação legal.

Art. 77. Não haverá confinamento ou qualquer medida que exponha a perigo a saúde ou ofenda a dignidade humana.

Art. 78. Nenhuma sanção disciplinar será imposta em razão de dúvida ou mera suspeita.

Art. 79. A falta que importar em responsabilidade penal, será comunicada à autoridade competente, sem prejuízo da sanção disciplinar cabível.

Art. 80. O internado que concorrer para a prática de falta disciplinar incidirá nas sanções a esta cominadas.

CAPÍTULO II

DAS FALTAS E SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 81. As faltas disciplinares classificam-se por graus, conforme sua gravidade.

Art. 82. São faltas de terceiro grau:

I — atitude de acinte ou desconsideração perante funcionários ou visitas;

II — emprego de linguagem desrespeitosa;

III — irreverência diante do diretor ou autoridade;

IV — desatenção em aula ou trabalho;

- V — permuta de objetos, roupas e calçados;
 - VI — execução não autorizada de trabalho alheio;
 - VII — desleixo da higiene corporal, desasseio da cela ou alojamento e in-cúria na conservação dos objetos recebidos;
 - VIII — dissimulação ou provocação de doenças para eximir-se de obriga-ções;
 - IX — compra ou venda não autorizada em relação a outro internado ou funcionário;
 - X — recebimento de material de jogo não autorizado;
 - XI — porte, ou manutenção na cela ou alojamento, de objeto não per-mitido;
 - XII — perturbar o descanso, o trabalho ou reunião;
 - XIII — procrastinar ou discutir cumprimento de ordem ou tarefa;
 - XIV — responder por outrem a chamada ou revista;
 - XV — ausentar-se sem licença dos lugares de comparecimento obrigatório;
 - XVI — proceder de forma grosseira ou discutir com outro internado;
 - XVII — sujar pisos, paredes ou quaisquer lugares;
 - XVIII — recusar o cumprimento do dever de trabalho;
 - XIX — transitar pelas dependências do estabelecimento em desobediência às normas estabelecidas;
 - XX — desobedecer aos horários regulamentares;
 - XXI — descumprir as prescrições médicas;
 - XXII — dirigir-se a autoridades ou pessoas estranhas ao estabelecimento sem licença;
 - XXIII — lançar água servida, lavar ou secar roupa em local não per-mitido;
 - XXIV — fazer refeições fora do local ou horário estabelecido;
 - XXV — evadir-se ou tentar evadir-se.
- Art. 83. São faltas de segundo grau:
- I — desobedecer ao funcionário ou desacatá-lo no exercício da função ou em razão dela;
 - II — resistir à execução de ordem legal;
 - III — imputação falsa à administração, funcionário ou internado;
 - III — imputação falsa à administração, funcionário ou internado;
 - IV — ocultar objeto relacionado com a falta de outrem;
 - V — abandonar o trabalho sem permissão;
 - VI — praticar ato libidinoso, obsceno ou gesto indecoroso;
 - VII — causar dano ao estabelecimento ou à coisa alheia;
 - VIII — praticar jogos proibidos;
 - IX — abster-se de alimento como protesto ou rebeldia;
 - X — induzir outrem a transportar correspondência ou objetos sem o co-nhecimento da administração;
 - XI — faltar a verdade com intuito de obter vantagem;
 - XII — provocar discórdia entre funcionários ou internados;
 - XIII — submeter outro internado a sujeição em proveito próprio ou alheio;
 - XIV — confeccionar, portar ou utilizar chave ou instrumento de segu-rança do estabelecimento, salvo quando autorizado;
 - XV — utilizar material, ferramenta ou utensílio do estabelecimento em proveito próprio, sem autorização;
 - XVI — veicular, por meio escrito ou oral, crítica infundada à adminis-tração penitenciária.

Art. 84. São faltas de primeiro grau:

- I — incitar ou participar de movimento de subversão à ordem ou à dis-ciplina;
- II — ameaçar ou agredir funcionário, visitante ou internado;
- III — evadir-se ou tentar evadir-se mediante abuso de direito ou favor, conivência de funcionário, violência ou grave ameaça;
- IV — provocar acidente de trabalho;
- V — portar, ocultar ou utilizar arma ou instrumento assemelhado;
- VI — praticar ato definido como crime ou contravenção, não compreendi-do neste artigo e nos artigos anteriores.

Art. 85. As sanções serão as seguintes:

- I — faltas de terceiro grau:
 - a) repreensão;
 - b) suspensão de visita, até quinze dias;
 - c) suspensão de recreios, leitura ou exercícios, até quinze dias;
 - d) suspensão de favores, até quinze dias;
 - e) confinamento celular, de cinco a dez dias.
- II — faltas de segundo grau:
 - a) suspensão de favores, de trinta a quarenta e cinco dias;
 - b) desclassificação disciplinar e laborativa;
 - c) transferência de trabalho, quando a falta for relacionada com este;
 - d) suspensão de visita, de trinta e quarenta e cinco dias;
 - e) confinamento celular, de quinze a trinta dias.
- III — faltas de primeiro grau:
 - a) suspensão de visita, de sessenta a noventa dias;
 - b) suspensão de favores, de sessenta a noventa dias;
 - c) confinamento celular, de sessenta a noventa dias.

Art. 86. Nas faltas de primeiro grau, havendo presunção de periculosi-dade, o internado poderá ser isolado, enquanto conveniente à ordem e disci-plina do estabelecimento.

Parágrafo único — O isolamento será aplicado após o cumprimento da sanção disciplinar.

Art. 87. No período de confinamento celular o internado permanecerá sob observação médica.

Art. 88. As sanções disciplinares serão registradas no prontuário indi-vidual.

§ 1.º — O registro das sanções, exceto nas faltas de primeiro grau, será cancelado, se não forem cometidas outras faltas no período de seis meses.

§ 2.º — Será igualmente cancelado o registro em caso de deferimento de pedido de revisão ou reabilitação.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 89. Cometida a infração, o internado será conduzido à inspetoria do estabelecimento, para registro da ocorrência e imediato isolamento, en-quanto necessário.

Art. 90. A ocorrência será comunicada ao diretor, para conhecimento da Comissão de Classificação e Tratamento.

Art. 91. A Comissão de Classificação e Tratamento, no prazo de três dias realizará as diligências necessárias à elucidação do fato, cabendo-lhe:

- I — requisitar o prontuário individual;
- II — ouvir o internado, o ofendido e testemunhas.

Art. 92. Instruído o processo disciplinar, a comissão de classificação e tratamento opinará quanto à responsabilidade do internado e proporá ao di-retor a sanção que entender cabível.

Parágrafo único — O diretor proferirá decisão em seguida ou dentro de quarenta e oito horas.

Art. 93. O internado poderá solicitar reconsideração da decisão no prazo de cinco dias, contados de sua publicação:

I — quando não tiver sido unânime o parecer da Comissão de Classifi-cação e Tratamento;

II — se a decisão não estiver de acordo com o parecer.

Art. 94. Em qualquer época o internado poderá requerer a revisão de processo disciplinar, quando:

I — Se a decisão se fundamentar em testemunho ou documento compro-vadamente falso;

II — a sanção tiver sido aplicada em desacordo com as normas deste Estatuto.

Art. 95. Nas faltas de primeiro grau, o internado que demonstrar bom comportamento durante seis meses, no mínimo, após o cumprimento da sanção disciplinar, poderá requerer reabilitação.

Art. 96. Os pedidos de revisão e reabilitação serão encaminhados ao Conselho de Reclassificação e Tratamento, para instrução e decisão, obser-vado o disposto no artigo 92 e seu parágrafo único, no que for aplicável.

CAPÍTULO IV

DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 97. As sanções cominadas no artigo 85 serão impostas de forma in-determinada, sob escolha do diretor do estabelecimento, correspondendo a cada falta uma sanção.

Art. 98. Na fixação da sanção ter-se-á em conta o grau de adaptação à vida carcerária, o tempo de internamento e a primariedade ou reincidência.

Art. 99. Conforme a natureza da falta, a sanção imposta poderá ficar suspensa até trinta dias, a juízo do diretor, para observação da conduta do internado, que, sendo satisfatória, importará no cancelamento da sanção.

Art. 100. A execução da sanção disciplinar será suspensa, quando desa-conselhada pelo serviço de saúde do estabelecimento.

Parágrafo único — Cessada a causa que motivou a suspensão, a execução será iniciada ou terá prosseguimento.

Art. 101. O isolamento preventivo do internado será computado na execução da sanção disciplinar.

TÍTULO VI

DOS DIREITOS E DOS FAVORES GRADATIVOS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Art. 102. Serão assegurados ao internado todos os direitos não atingidos pela sentença condenatória ou sanção disciplinar que lhe foi imposta.

Art. 103. Além do disposto no artigo anterior, são direitos do internado:

- I — tratamento condigno, na conformidade do regime penitenciário;
- II — proporcionalmente, na distribuição, do tempo para trabalho, descanso e recreação;
- III — percepção de salário e ressarcimento por acidente, moléstia ou in-validez, no trabalho;

IV — chamamento nominal;

V — requerimentos e recursos as autoridades;

VI — comunicação pessoal com o diretor do estabelecimento;

VII — comunicação com autoridade diplomática ou consular, tratando-se de estrangeiro;

VIII — assistência jurídica do estabelecimento ou através de advogado constituído às suas expensas;

IX — conferência a sós com seu advogado, observado o disposto no es-tatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

X — receber e expedir correspondência, sob controle da administração;

XI — comparecer ao funeral de ascendente, descendente, cônjuge ou com-panheira e irmão, se possível, devidamente escoltado;

XII — receber visita do cônjuge ou companheira e de parentes até ter-ceiro grau;

XIII — ser protegido contra o sensacionalismo publicitário;

XIV — ser ouvido em processo disciplinar a que responder;

XV — receber orientação e assistência, quando liberado;

XVI — ter em seu poder importância em dinheiro não superior a dez por cento do salário mínimo;

XVII — prosseguir no exercício de atividades anteriores, de natureza in-telectual ou artística, não contrárias ao regime penitenciário.

CAPÍTULO II

DOS FAVORES

Art. 104. Serão concedidos favores ao internado, gradativamente, tais como:

I — uso de rádio e tocadisco na cela ou alojamento;

II — visita de parentes e amigos;

III — dispensa de uniforme para recebimento de visita;

IV — frequência ao cinema do estabelecimento e à sala de televisão;

V — participação em espetáculos recreativos;

VI — práticas esportivas;

VII — circulação pelo estabelecimento; (*)

VIII — visita íntima do cônjuge ou companheira, nas condições estabele-cidas pela administração;

IX — recolhimento ao cubículo ou alojamento depois do horário normal;

X — visita ao cônjuge, companheira, descendente ou ascendente, em caso da doença grave, se possível, devidamente escoltado;

XI — posse da chave da cela;

XII — visitas à família, por prazo de cinco a quinze dias, mediante pré- via ciência à autoridade judiciária competente.

Art. 105. Os favores serão concedidos pelo diretor do estabelecimento, conforme o índice de aproveitamento e o grau de adaptação social do inter-nado.

(*) Vide art. 82, inc. XIX.